

Escola do Campo e Agricultura Sustentável *uma via contra hegemônica*

Alba Regina Andrade Mendes
*Universidade Estadual do Ceará*¹
João Pedro de Lima Santos
*Universidade Estadual do Ceará*²
Milena Aires de Avila
*Universidade Estadual do Ceará*³

Resumo: A problemática da degradação ambiental vem se tornando cada vez mais evidente diante da contínua exploração do ser humano. As secas e os desastres ambientais são consequências do abuso do modo de produção capitalista, que no meio rural é identificado no agronegócio, na monocultura e no uso de agrotóxicos provindos da chamada Revolução Verde. Diante disso, a agricultura sustentável vem como uma categoria de contraposição à hegemonia do capital. Por isso, objetivo principal deste artigo é demonstrar o funcionamento da agricultura sustentável, assim como evidenciar a importância de seu debate ser realizado no chão das escolas do campo.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Contra Hegemonia; Educação do Campo.

Rural School and Sustainable Agriculture: a path against hegemony

Abstract: *The issue of environmental degradation has become increasingly evident in light of the continuous exploitation of human beings. Droughts and environmental disasters are consequences of the abuse of the capitalist mode of production, which in rural areas is identified in agribusiness, monoculture and the use of pesticides from the called Green Revolution. Therefore, sustainable agriculture comes as a category of opposition to the hegemony of capital. That's why, the main objective of this article is to demonstrate how sustainable agriculture works, as well as to highlight the importance of its debate being held on the ground of rural schools.*

Keywords: *Sustainable Agriculture; Against Hegemony; Rural Education.*

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8235-2592>, E-mail: alba_andrademendes@hotmail.com.

² Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5306-9579>, E-mail: joaojpedropaeria@gmail.com.

³ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9299-883X>, E-mail: milena.aires@aluno.uece.br.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de mostrar como a agricultura sustentável funciona, considerando que dentro das escolas do campo esta contribui com a luta contra a ideologia capitalista. O campo é território onde se resiste e se procura mais formas de ir contra o modelo de sociedade capitalista. Os trabalhadores do campo trazem consigo a luta por uma reforma agrária, o que se traduz também numa perspectiva de que a agricultura sustentável possa ter um melhor espaço e, com isto, possa se preocupar com o solo, com o local onde está sendo realizado o plantio, com a fauna e com a flora local; ou seja, nesse aspecto há uma maior preocupação com a natureza e com o que pode ser utilizado ou não em decorrência da evolução dos cuidados com a terra e com os alimentos.

A terra precisa ser cuidada, visto que a monocultura, um dos principais modos de produção da agroindústria, traz consigo um empobrecimento precoce do solo. A agricultura sustentável torna-se, assim, uma opção mais viável de cuidado com o solo e com a qualidade dos alimentos que são produzidos.

Neste sentido, a agricultura sustentável é pensada como um movimento que se insere na educação do campo e que faz com que os educandos, muito provavelmente futuros trabalhadores do campo, tenham um bom direcionamento do que fazer, para além de apenas ter cuidado com o solo, pois carrega consigo a luta contra a hegemonia das ideias capitalistas de grandes produções. Lutar contra o capitalismo é também cuidar do solo onde se vive, de onde saem os alimentos que nutrem a população. É observar que nas próximas gerações, sejam de plantas, sejam de pessoas, aquele solo será, provavelmente, reutilizado para que a população não acabe por morrer de fome. Lutar por uma qualidade de alimentação também é lutar contra o capitalismo e contra a morte causada por ele. É lutar também contra a exploração da humanidade e da natureza, é lutar para que haja qualidade de vida para todos e para que todos possam viver em um mundo mais livre de amarras que não são agradáveis ou necessárias.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através da qual se faz uma ligação entre a educação do campo e uma agricultura sustentável, onde se é colocada a necessidade de haver esse debate dentro das escolas do campo.

2 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: PANORAMA GERAL

A Revolução Verde é o processo de modernização da agricultura e foi apresentada ao mundo como forma de solucionar o problema da fome, utilizando-se de intensivos insumos químicos, sementes melhoradas e mecanização das lavouras para aumentar a produção de alimentos. Contudo, foi reconhecido pela própria Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) que, nos anos de 1983 a 1985, a disponibilidade per capita de alimentos não havia aumentado nos países de baixa renda em comparação aos 15 anos anteriores (ROSA, 1998 *apud* PINHEIRO, 2005).

De acordo com Graziano Neto (1986 *apud* PINHEIRO, 2005), a Revolução Verde fracassou devido à inviabilidade das novas tecnologias serem adquiridas por todos, dando espaço apenas para grandes produtores que tiveram condições financeiras de aplicar o “Pacote Tecnológico” desenvolvido. Ehlers (1999 *apud* PINHEIRO, 2005) também destaca que para os agricultores de subsistência ou familiar tais pacotes eram inviáveis, já que esse tipo de agricultura tinha como principal objetivo o próprio consumo; sendo assim, não geraria renda o suficiente para arcar com as despesas. O autor continua e afirma que houve, em decorrência desses fatores, uma concentração de terras, pois esses pequenos agricultores não conseguiam competir com os grandes proprietários, acabando por vender suas terras, provocando um êxodo rural massivo. Segundo Rosa (1998 *apud* PINHEIRO, 2005), essa nova forma de fazer agricultura trouxe resultados positivos para os grandes produtores em um curto período, porém, a longo prazo, essas inovações acarretaram desastres sociais e ambientais na vasta maioria dos lugares em que foram adotadas. O autor destaca que o uso dos “Pacotes Tecnológicos” provocou desequilíbrios ambientais como a degradação do solo e das águas, contaminação dos alimentos e da saúde dos agricultores e consumidores, além do surgimento de novas pragas.

Antes da Revolução Verde, a agricultura era realizada de forma heterogênea, com uma gama bastante variada de vegetais de cultivo e, dessa forma, havia biodiversidade. Depois dessa mudança, a monocultura passou a ser predominante, assim como o uso de agrotóxicos para controlar pragas, matando todos os insetos, inclusive aqueles que funcionavam como inimigos naturais das pragas. Os insetos, que antes morriam com



agrotóxicos, passaram a ter resistência, gerando novas pragas e, por consequência, agrotóxicos mais pesados para controlá-las, criando, portanto, um ciclo vicioso (FONTANA, 2000 *apud* PINHEIRO, 2005). O monocultivo também gerou uma erosão genética, acabando com as variedades das espécies vegetais, pois destruiu ecossistemas que abrigavam as variedades tradicionais e silvestres de culturas importantes que ainda poderiam ter características desconhecidas e serem úteis, em especial, por questões adaptativas (ROSA, 1998 *apud* PINHEIRO, 2005).

Na teoria em que foi projetada, a Revolução Verde serviria como apoio para combater o problema da fome no mundo, mas o que se viu foi um sistema de produção agrário que aumentou a produtividade dos alimentos e maximizou o lucro, concentrando a riqueza nas mãos de poucos latifundiários, provocando um massivo êxodo rural, desempregando pessoas ao aderir máquinas agrícolas e afetando negativamente o meio ambiente devido ao modo de produção de monocultivo. No final das contas, o problema não era a maximização da produção de alimentos, mas o sistema capitalista e desigual em que a sociedade se encontra, e o desastre da Revolução Verde é prova disso.

Em contrapartida à monocultura, a agricultura sustentável surgiu como meio de cultivo alternativo, visando a diminuição do impacto ambiental causado pelos poderes hegemônicos e sua forma de produzir alimentos voltada para o lucro. Para Silva (1995), a importância da agricultura sustentável não está apenas na sua forma de produção, mas sim na produção da consciência. O autor afirma que:

(...) a principal contribuição desse movimento não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis; mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim na produção de novas formas políticas e ideológicas (...) (SILVA, 1995, p. 01).

Pode-se dizer que a agricultura sustentável não significa apenas uma mudança de aparatos tecnológicos, tencionando minimizar os impactos ambientais. Está muito além disso, ela se configura como um meio de luta contra a hegemonia capitalista no campo, viabilizando novas formas de se pensar as relações sociais, políticas e entre o homem e a natureza. Ademais, segundo Serra (1999 *apud* Luzzardi, 2006), para que ocorra realmente

uma agricultura sustentável é preciso que haja reforma agrária, pois somente assim será possível permitir o acesso à terra a todos os trabalhadores, sejam aqueles sem terras ou com terras insuficientes, assegurando, desse modo, o desenvolvimento com equidade, sustentabilidade e completividade. Portanto, a agricultura sustentável também está associada aos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária.

Apesar de todos os indicativos ambientais, sociais e políticos a favor de uma mudança na forma em que os alimentos são produzidos, ainda são encontradas diversas dificuldades para sua implementação, como aponta Luzzardi (2006, p. 67):

Devido aos impactos negativos da agricultura convencional, a Agricultura Sustentável torna-se cada vez mais uma necessidade mundial. Existem, no entanto, vários fatores que dificultam o seu desenvolvimento. Alguns deles são a falta de domínio e conhecimento sobre ciência e tecnologias em sistemas de cultivo agroecológico por parte dos agricultores (as) e dos profissionais que ensinam, pesquisam e difundem conhecimentos sobre agricultura e pecuária; imediatismo dos resultados; ameaça à interesses econômicos; apatia e insensibilidade aos efeitos negativos do sistema convencional; limitação de mão-de- obra no meio rural; deterioração química, física e biológica do solo; falta de máquinas e equipamentos apropriados e, ainda, carência de pesquisas e programas governamentais para alavancá-las.

Ainda há muito para que a humanidade trace o caminho da sustentabilidade e consiga um equilíbrio, por isso a educação é tão essencial para essa luta. De acordo com Luzzardi (2006, p. 66-67),

(...) o grande desafio da educação é mediar um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos. Isso implica levar os educandos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outros homens e compor o tecido social. Essa relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, concretizando um mundo mais justo e sustentável aos humanos e a outras entidades não humanas, mas sem as quais não haveria o mundo tal qual o conhecemos.

A autora também reforça que essa educação deve ser realizada em conjunto com a Educação Ambiental, para que os indivíduos atinjam sua consciência social, ambiental e empática em plenitude, como evidencia no seguinte parágrafo:



A Agricultura Sustentável juntamente com a Educação Ambiental, vem compreender um instrumento de exercício da cidadania em um contexto de construção de uma nova racionalidade ambiental, tendo como base a participação dos agricultores e agricultoras, a equidade, o direito à pluralidade e autodeterminação das comunidades locais, compreendendo a biodiversidade como patrimônio coletivo e instrumento de inclusão social. Ao mesmo tempo, concepções e práticas de democratização e inclusão social revelam que trabalhos dessa natureza permitem desenvolver posturas mais críticas, em relação ao espaço vivido e valores que propiciam cidadãos mais solidários, conscientes e afetivos (LUZZARDI, 2006, p. 67).

Contudo, Mallmann *et al.* (2020) alertam que se deve ter cuidado ao realizar práticas de atividades de Educação Ambiental sem separar a produção e o consumo de uma análise crítica. Os autores também apontam que diversas atividades nas escolas (voltadas para o desenvolvimento sustentável) vêm com o apoio de iniciativas privadas, muitas delas abordando mudanças nas práticas individuais, mas sem reflexão sobre o consumismo desmedido, tendo assim uma fragmentação da realidade e uma visão unilateral de uma totalidade. Os autores, em seguida, argumentam que:

Não há receitas prontas e acabadas, o caminho possível é a percepção da responsabilidade humana pela degradação ambiental. Também deve ser considerada a possibilidade de diálogo e negociações na busca de soluções para a crise socioambiental, com perspectivas de mudanças de ordem cultural, social, espacial, econômica e ambiental (MALLMANN *et al.*, 2020, p. 58).

Pode-se concluir, portanto, que para se ter uma educação voltada para a sustentabilidade, incentivando a Agricultura Sustentável, é imprescindível unir os conceitos políticos, econômicos, sociais e culturais, evidenciando o fetichismo no consumo e o modo de produção no capitalismo. Inclusive, no caso da produção agrícola, também existe um fetichismo ao promoverem que apenas com aparatos tecnológicos avançados e vendidos em empresas específicas é que se poderá ter alguma perspectiva de retorno de bens materiais aos agricultores. A forma de se consumir e de se produzir nos mostra que estamos em uma espiral, em que o sistema capitalista cada vez mais confunde a noção de realidade e acarretará um preço alto a não ser que haja uma mobilidade social coletiva para cobrar do Estado novas políticas públicas que promovam novas formas de produção, incluída nestas a Agricultura Sustentável.



Por isso, a educação deve ser o centro do debate: ao ser um ambiente de formação humana e por ter constantes disputas ideológicas, é nela que podemos desenvolver um pensamento crítico, debater as necessidades coletivas e os impactos das decisões políticas na sociedade, perguntando-se sempre a quem interessam e quem se beneficia delas. Com base nisso, o modelo de educação que mais se aproxima dessas características é a Escola do Campo.

3 ESCOLA DO CAMPO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A educação do Campo nasce já em território de resistência, onde o campo é um local que traz em seu cerne a luta contra hegemônica em um contexto de combate à Agroindústria e à dominação da Agricultura pelo sistema capitalista. Sendo um movimento contra hegemônico, tanto o Campo, onde se luta pelo espaço do povo dentro de uma sociedade, quanto a criação de escolas do campo, são vistos como resistência. Esses espaços são importantes para mostrar que a educação também pode ser voltada para o povo e não apenas para fins capitalistas de reprodução do trabalho humano. A educação no Brasil sempre teve como objetivo servir para fins do capital e as escolas do campo trilham no caminho oposto dessa proposta, conforme Netto *et al.* (2017, p. 94):

É importante destacar que a educação no Brasil foi construída a partir da busca pelo desenvolvimento econômico e voltada para o trabalho. Porém, a educação do campo se coloca como uma alternativa ao modelo hegemônico de educação. É uma forma de educação que se encontra inserida em um modelo de sociedade onde não há espaço para iniciativas neste sentido, mas ainda assim, reconhece as características do território na qual está inserida e baseia-se em um modelo de desenvolvimento social, não só econômico.

A educação do campo é uma luta dos trabalhadores. A luta pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi um grande objetivo alcançado entre os trabalhadores do campo. A educação como movimento de desenvolvimento humano e emancipadora é muito reivindicada pelo campo, pois sabendo do seu grande potencial emancipador, é fundamental trazê-la como um principal alicerce para o campo.

É importante que trabalhadores e trabalhadoras do campo estejam em sua plena consciência para que eles lutem por seus direitos e, por isso, desalienar é um dos principais



pontos para que haja uma emancipação dos homens. Desalienar os indivíduos é desfazer a ideia de que eles precisam se colocar numa posição de instrumento capitalista e fazer com que desenvolvam um pensamento crítico, fazendo-os refletir questões sociais e políticas já naturalizadas pela sociedade. Dessa forma, a educação como um movimento contra a reprodução das atividades capitalistas é um bom instrumento para desfazê-la.

Por isso, sempre que se assume uma visão crítica da sociedade capitalista, se discute sobre como se contrapor às finalidades educativas que o sistema capitalista determina para a escola: preparação de “mão-de-obra”, conforme as necessidades do capital em cada momento, e alienação das pessoas à ordem da exploração e ao modo de vida que esta ordem necessita naturalizar e perpetuar. Em um projeto de transformação da sociedade a escola tem outra função social (CALDART, 2020, p. 05).

Contudo, livrar-se das amarras do sistema de exploração vigente é um constante desafio. Há muitas barreiras culturais já tão sedimentadas a um ponto que é impossível pensar em outras alternativas apenas com o senso comum. Caldart (2020) intitula essas barreiras como “tatuagens” no cérebro, criadas pela sociedade em que vivemos. A autora reforça que podemos trabalhar para remover essas amarras com a educação. O seguinte parágrafo ilustra sua ideia:

É desafio social e educativo urgente e grandioso, “remover essa tatuagem”, porque ela bloqueia a percepção do mal-estar geral relacionado com a insanidade da lógica econômica que move o sistema atual. Assim como bloqueia a visão sobre a necessidade de construir alternativas ou de entender as que vão sendo construídas, em determinados locais ou por determinados grupos sociais. Trata-se de um processo educativo de longo prazo, porque a “tatuagem” vem sendo desenhada há muito tempo e com mais intensidade nessa fase histórica do capitalismo neoliberal (CALDART, 2020, p. 03).

Quando pensamos em produção agrícola, temos em mente todos os aparatos tecnológicos desenvolvidos pela Revolução Verde, isso é fruto de puro fetichismo, fazendo com que se acredite que a produção de alimentos é possível apenas através deles. O que agrava é que, como vimos no tópico anterior desse artigo, a própria forma de produzir alimentos da Revolução Verde gera problemas como a resistência de pragas, ou seja, ela cria problemas para apresentar mais tarde uma solução que é apenas possível através dela. Caldart (2020, p. 03) explica isso:



Outro dispositivo poderoso é o que articula a absolutização da forma capitalista de consumo com a propaganda ostensiva das inovações tecnológicas como capazes de resolver qualquer problema que apareça em qualquer dimensão da vida. Trata-se de uma fetichização da tecnologia de modo a convencer que todos os problemas têm uma solução tecnológica. Inclusive aqueles provocados pelas inovações tecnológicas. Por isso não há necessidade de mudar o caminho atual do sistema porque ele próprio resolve os problemas que cria.

Por isso, a luta por uma educação que apresente uma nova forma de produção é uma meta importante afim de garantir a existência das futuras gerações e alinha-se com os objetivos de um projeto de campo no qual a vida está acima do dinheiro: iniciando-se no ensino das práticas agrícolas, que promovem um manejo com a terra e com os animais que tenha menor impacto ambiental, promovendo uma conexão com a terra e a vida no campo, bem como promovendo práticas humanas de socialização que desenvolvam um pensamento crítico e conectem os educandos com sua cultura local, sendo importante para que se possa quebrar a alienação imposta pelo sistema e posicionar estes indivíduos na luta para enfrentar os poderes hegemônicos de sua realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo conclui-se que a revolução verde ocasionou um grande desgaste na produção agrícola, gerando, assim, um aumento na monocultura e ajudando os grandes latifundiários que detêm vasto poder dentro da produção agrícola.

Por mais que haja considerável lucro entre os grandes latifundiários, a exagerada produção de apenas certo alimento em certo pedaço de terra destrói o que a terra tem a oferecer, fazendo com que ela empobreça mais rápido e causando, também, a destruição do solo.

Lutar a partir da educação através de uma agricultura sustentável, principalmente no campo, é também lutar por liberdade, lutar contra a individualidade que faz com que as pessoas se prendam à realidade capitalista.

Pensar a agricultura sustentável traz consigo a realidade de mudança, pois com respeito ao meio ambiente, chega-se também à ideia de que é possível crescer sem precisar



destruir o que está à frente, pensar no meio ambiente é ver que sem ele não se pode resistir, chegando a uma verdadeira catástrofe: a destruição da humanidade.

É importante entender que as pessoas também fazem parte da natureza e que sem ela não é possível sobreviver, tampouco pensar em futuras gerações. Apesar de só ser possível a liberdade, tanto dos humanos quanto da natureza, quando o sistema capitalista for abolido, a agricultura sustentável já é um grande passo dentro do campo para que haja a emancipação real de todos.

Referências

CALDART, R. S. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020. (não publicado).

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FONTANA, J. **Introdução ao estudo da História Geral**. Bauru: Edusc, 2000.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LUZZARDI, R. do E. S. Educação Ambiental: sustentáculo para o desenvolvimento da agricultura sustentável. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v.17, jul. a dez., 2006.

MALLMANN, A.; CARNIATTO, I.; PLEIN, C. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PONTO DE VISTA DAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA DO CAMPO. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, V. 15, nº 1: 44-61, 2020.

PINHEIRO, M. H. D. **Meio Ambiente e Agricultura: rumo a uma agricultura sustentável**. Monografia (Especialização em Agronegócio) - Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 29-36. 2005.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. 6. ed. São Paulo: Atual Ed., 1998.

SERRA, M. de. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Disponível em: <http://www.race.ie.ufrj.br>.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ

Trabalho oriundo do I Seminário do GPOSSHE - Educação do campo e Pedagogia histórico-crítica em contexto de crise e pandemia